

			202	

Omissões imperdoáveis

A informação, divulgada pela direção da Funai, em Brasília, de que até o final desta semana estarão sendo liberados os recursos para indenizar as primeiras 140 famílias de colonos que deixaram a reserva Tembê, no Alto Rio Guamá, em Paragominas, é tão alentadora quanto preocupante.

Alentadora, porque talvez seja a primeira vez, em vinte anos, que concretamente começa a ser viabilizada uma solução para o problemas cruciais que envolvem índios, colonos, sindicatos, associações não governamentais, empresários com interesses na região nordeste do Estado e po-

líticos de vários partidos.

Preocupante, porque não se sabe ao certo que providências serão adotadas daqui para a frente, com vistas a viabilizar o reassentamento desses colonos fora das terras indígenas, garantindo-lhes condições de se fixar em outra área, para que daí possam tirar seu sustento.

O conflito na área indígena é fruto de uma sucessão impressionante de omissões - a partir da própria Funai, é necessário que se diga - e da falta de disposição política para encontrar soluções que tanto se destinassem a preservar o *habitat* indígena como abrisse

aos colonos perspectivas de sobrevivência.

Pois agora, quando pela primeira vez se vislumbra a real possibilidade de se encontrarem caminhos alternativos para amenizar - pelo menos isso - esse grave conflito fundiário, não poderão as partes envolvidas em negociações recatar-se em falsas certezas de que o pior já passou e que, portanto, é hora de deixar tudo correr com a naturalidade com que as águas do rio correm para o mar.

Ao contrário, é preciso intensificar as negociações, afastar de vez os radicalismos, manter o Ministério Público sempre in-

formado do que está se passando e deixar claro às lideranças de índios e de colonos de que, sendo imprescindíveis para um entendimento, não poderão deixar-se contaminar por ambições que não se conformem aos direitos que têm, os primeiros de habitar as terras que são suas, os segundos de garantir a sobrevivência na área que lhes for destinada.

Nesse conflito fundiário de duas décadas muito já falou e pouco se fez de concreto para solucioná-lo. Não será agora, pois, que se perderá a oportunidade de reparar omissões imperdoáveis.